



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000107-73.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Aline Macedo Gatti da Silva**
 Requerido: **DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido aparelho de telefone celular fabricado pela ré, o qual apresentou vício de funcionamento.

Alegou ainda que o encaminhou por três vezes para conserto, sendo que após a última (em 09/12/2014) ele não retornou.

Os documentos que instruíram o relato exordial respaldam a versão da autora.

Deles, merece destaque o de fl. 10, que demonstra a remessa do produto para reparo em 09/12/2014, não tendo a ré feito prova de que tivesse sido consertado no trintídio.

Assim, é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida por força da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Assinalo, por fim, que a autora não postulou nenhuma indenização para reparação de danos morais, de forma que as alegações expendidas sobre o assunto em contestação deixam de ser apreciadas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para rescindir o contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 499,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2014 (época da compra do produto), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**